

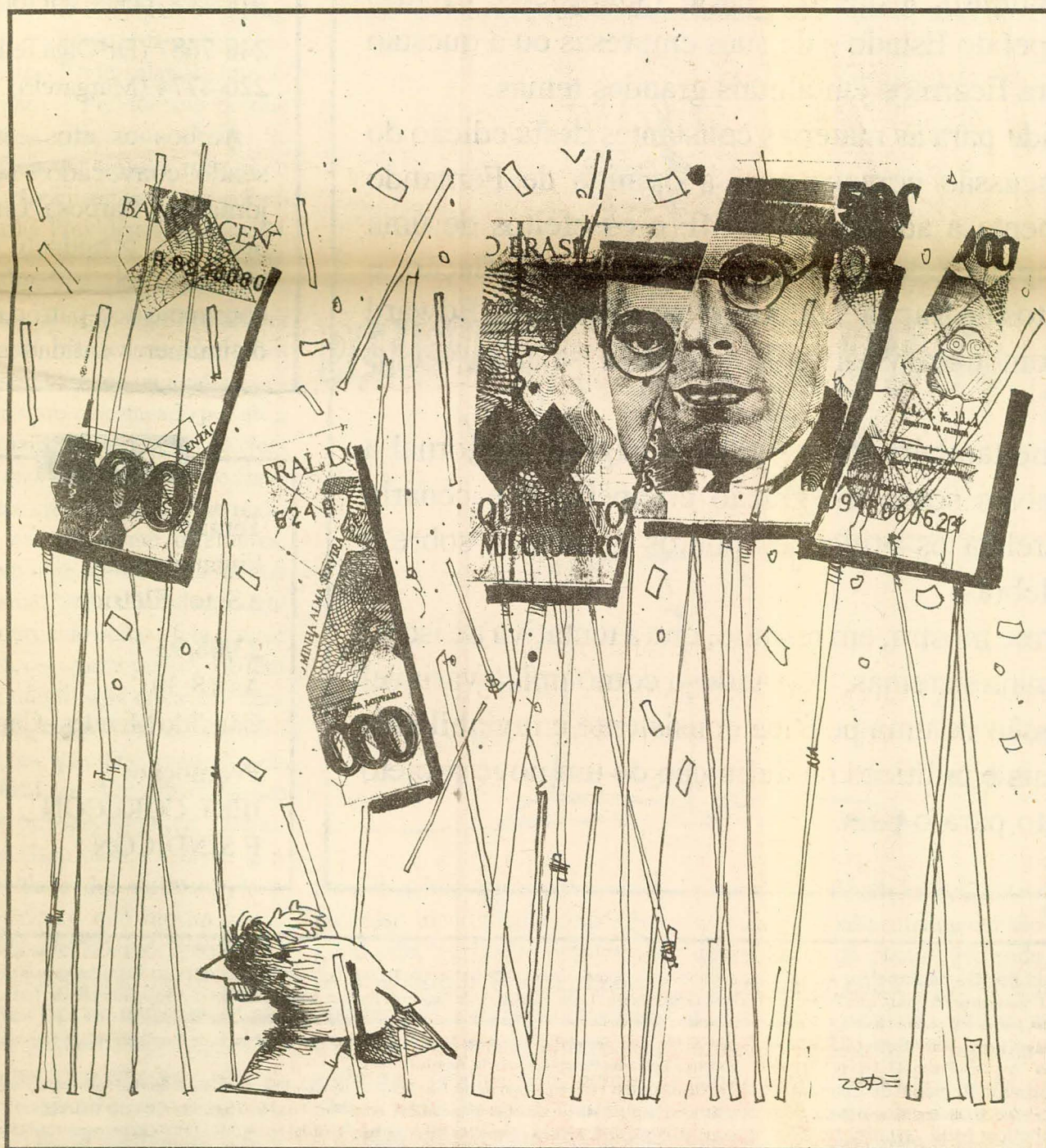
I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região do Rio de Janeiro - nº 51 - Julho - 1993

Como resolver a questão salarial

O imbróglio em que se transformou a discussão sobre a política salarial no país ameaça não ter fim. Salário correndo atrás da inflação, trabalhadores querendo repor perdas acumuladas por vários planos fracassados de política econômica, governo e prefeituras sinalizando com rombo em suas contas se for aprovada a reposição integral. A questão é o tema central desta edição.

Págs. 3, 4, 10, 11 e 12



Sistema de
projeções
qualificadas

Pág. 5

A re-primarização
da economia.
Reinaldo Gonçalves.

Págs. 6, 7 e 8

A privatização
do Sistema
Telebrás

Pág. 9

EDITORIAL

A discussão ocorrida durante todo o mês de julho, culminando com o veto do Executivo à política salarial aprovada pelo Legislativo, levanta certezas e incertezas para todo o segundo semestre do ano.

Incertezas em torno da própria política salarial, uma vez que o veto presidencial garante o lema no topo da pauta das preocupações e discussões nacionais - tanto com a discussão no Congresso sobre a derrubada do veto, quanto com a campanha salarial de grandes categorias nacionais, como bancários, petroleiros, telefônicos ou eletricitários, que em princípio não têm garantidos os 100% da inflação em seus reajustes. A manutenção das incertezas é a garantia da continuidade da instabilidade das expectativas.

Certeza quanto à impossibilidade de separar a discussão salarial de outros grandes lemas nacionais, como a repartição da renda nacional (o que implicaria discutir conjuntamente margens de lucro, taxas de juros ou taxa de câmbio, por exemplo), a questão fiscal (sonegação, dívidas externa e interna, etc.), o papel do Estado e de suas empresas ou a questão da miséria e da fome, só para ficarmos em alguns grandes temas.

A polêmica serve de fundo para as matérias constantes desta edição do Informe CORECON. A discussão começa com a opinião de Fernando Holanda, da FGV, que comenta a adoção do IPMF e os efeitos de uma possível política salarial implantando o reajuste de 100% da inflação, e prossegue com os depoimentos de Raphael de Almeida Magalhães, Edward Amadeo e João Sabóia, com uma visão sobre política salarial versus inflação em alta.

O número 51 do Informe também trouxe para as páginas do jornal a análise de Reinaldo Gonçalves sobre integração competitiva e cenário internacional. Além disso, relata os principais pontos de debate sobre a privatização do Sistema Telebrás.

O ponto central do Informe mostra, em resumo, que a tentativa de isolar a questão do salário dos demais sistemas, deixando-o como única variável de ajuste, prejudica a discussão de uma política consistente e inviabiliza a concertação dos atores sociais e políticos na definição de um novo projeto nacional de desenvolvimento para o país.

CONVITE

O MODECON - Movimento em Defesa da Economia Nacional convida para os seguintes atos públicos contra a revisão constitucional e em apoio à CPI das privatizações:

13/08/93

Às 18h, no Auditório da ABI

Rua Araújo Porto Alegre, 71 - 9º andar

16/08/93

Às 12h, almoço na sede do Automóvel Clube do Brasil (Rua do Passeio)

Adesões pelos telefones:

240-7687 (Drª Olga Telles)

220-4774 (Margareth)

Ambos os atos estão sendo convocados pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho, presidente do MODECON, e contam com apoio e co-patrocínio de inúmeras entidades.

DEBATE

Tema:

Financiamento e Setor Elétrico

23/08/93

Às 18:30

Cândido Mendes - Centro

Promoção:

IERJ, CORECON E SINDICON

CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054-900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Vice-Presidente:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselheiros Efetivos:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Ignácio de Moura Rangel, Sidney Pascouito da Rocha, José Roberto Correia Soeiro. **Conselheiros Suplentes:** Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis, Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Alexandre Baptista Freire, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Carlos Aguiar de Medeiros. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária, Ângela Peixoto. **INFORME CORECON/Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Diretor Responsável:** Luiz Antonio Rodrigues Elias. **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Melo de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira. **Coordenação e Edição:** Frilas Serviços Jornalísticos Ltda. - Tel. (021) 262-2832. Tel. e Fax: (021) 262-7076. **Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Saraiva (MT - 14109). **Reportagem:** Malu Machado e Sônia Jóia. **Fotografia:** Wânia Corredo. **Ilustrações:** Zope. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** DTP Graphics - Tel.: (021) 255-7196. **Fotolito e Impressão:** Tipológica Comunicação Integrada. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

O novo imposto e a política salarial

*O Brasil está vivendo uma situação *suis generis*. Se por um lado há uma expectativa de crescimento para este ano, em contrapartida existe uma possibilidade de controle inflacionário muito tênue, pelo lado do déficit público. E, neste ponto, existem duas vertentes concomitantes: a expectativa de se arrecadar US\$ 600 milhões com o IPMF, mas o risco de se arrebentar com a Previdência, com o Tesouro, com o Estado de uma vez, caso não saia o veto à nova política salarial. Qual a análise que se pode fazer a partir dessas contradições?*

O diretor de pesquisa da Escola de Pós-graduação de Economia (EPGE), Fernando Holanda, entrevistado pelo CORECON diz que a questão da política salarial não é a fundamental da crise, e sim a Previdência. Ano passado, acrescenta ele, a Previdência conseguiu o equivalente a 1% do PIB, mais ou menos US\$ 4 bilhões, em aplicações financeiras. "A lei salarial é importante para a Previdência porque permite a criação de receita. Se você fizer um reajuste mensal de 100%, obviamente vai aparecer um déficit na Previdência. A solução, se se quer ter um reajuste mensal, seria colocar o benefício na média da inflação, o que significa não ter salário mínimo, mas reajuste todos os meses, baseado na média".

Outro ponto destacado por ele é que a maioria dos estados do Nordeste, não tem condições de fazer reajustes mensais. O País tem realidades extremamente diferentes, mas tem uma política salarial que é a mesma. "A lei salarial não afeta o setor privado como afeta o setor público; os estados pobres não têm como cumprir essa nova lei". Para Holanda, existe uma conjugação de fatores que dá o contorno da crise brasileira. "Não é só a inflação; é uma crise econômica, social, política. Isso tudo é a crise. É a incapacidade dos políticos de resolverem, o que mostra justamente essa lei salarial. Essa lei é o retrato dessa crise. Se os trabalhadores tiverem aumento de salário, a inflação vai aumentar e eles podem perder o emprego, porque as empresas não vão ter como pagar. A única alternativa que o presidente Itamar tem é o veto".

Holanda afirma que a análise do processo inflacionário brasileiro não se restringe à questão salarial. É necessário, primeiro, que se elabore o diagnóstico. "Que tipo de inflação é essa? Nós estamos vivendo um processo hiperinflacionário, que significa a destruição do padrão monetário. O cruzeiro está morrendo ao longo dos últimos

gradual", prossegue.

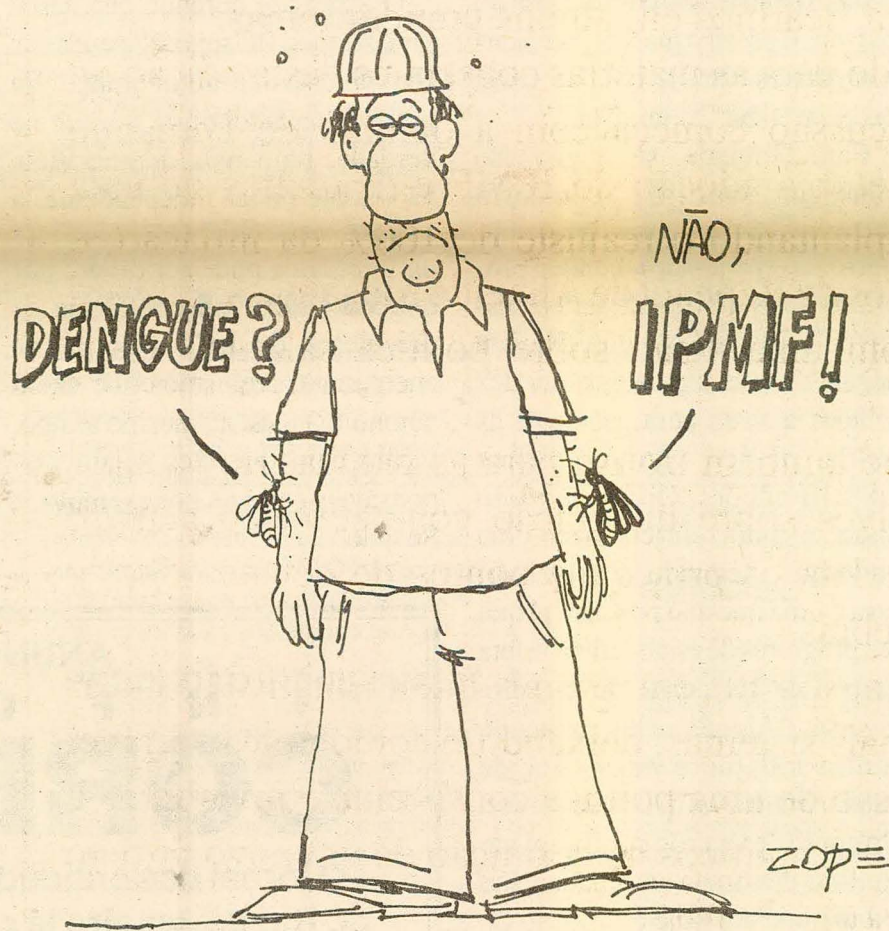
Holanda diz que a palavra choque está estigmatizada, mas as regras precisam ser refeitas, reconstituídas, e essa é a dificuldade: mudar as regras, quando existem interesses muito grandes. "Vários grupos da sociedade brasileira se beneficiam da inflação. Além disso, o fracasso de planos anteriores -

esse imposto é muito ruim. 99% dos economistas concordam que é um imposto inadequado, com várias distorções. O IPMF, assim como o imposto único, proposto por algumas pessoas, é um imposto regressivo."

Mas, pior do que o IPMF, acrescenta, é o imposto inflacionário, que incide sobre as pessoas que ganham menos. Holanda defende o IPMF como um instrumento para que, a curto prazo, se capitalize a União. Só que esse é um imposto "tapa buraco", enquanto não se processa uma reforma fiscal mais abrangente."

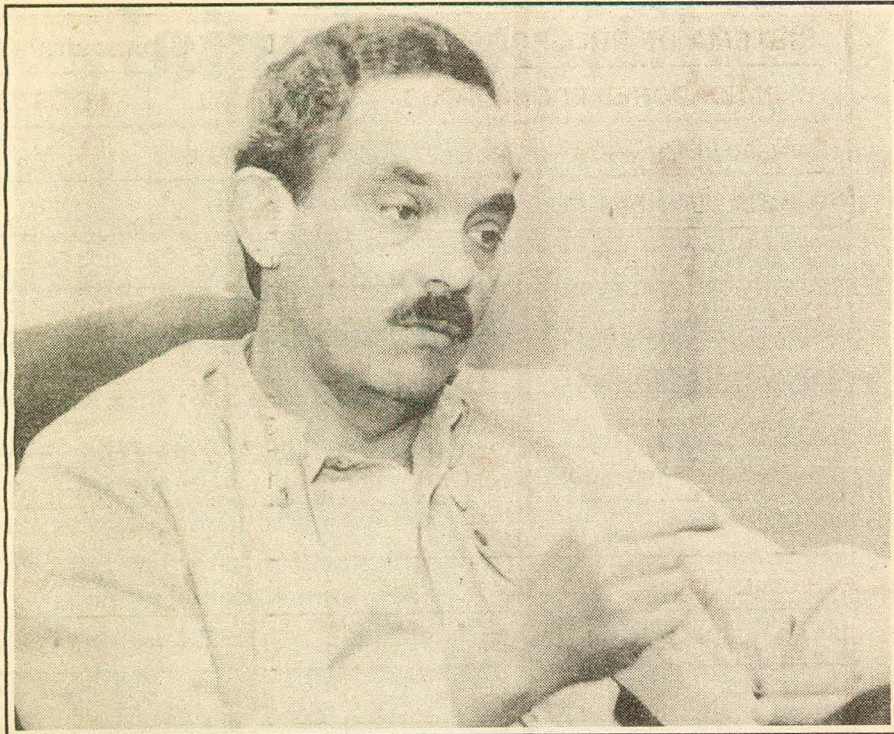
O IPMF deveria ter sido uma parte de um programa mais amplo de estabilização, defende o diretor da FGV. Ele acredita que a inflação fornece hoje ao governo recursos da ordem de US\$ 10 bilhões por ano. "A inflação é um mecanismo no qual o Estado se beneficia emitindo moeda, que gera receita na ordem de US\$ 10 bilhões. Se a inflação acabar, essa emissão tem de acabar. Se essa receita deixar de existir, significa que, ou você faz um corte nas despesas, equivalente a essa receita de US\$ 10 bilhões, ou você faz uma combinação das duas coisas. Aumenta um pouco alguns impostos e reduz uma parte das despesas. No caso do IPMF seria um aumento da receita para a redução do imposto inflacionário. E, de um outro lado, você teria de fazer um corte nas despesas. Em qualquer programa de estabilização, no fundo você tem essa decisão crucial, que é como acabar com o imposto inflacionário e o que colocar no lugar dele".

Infelizmente, afirma muitos economistas ainda não tinham se



anos e é isso que caracteriza o processo hiperinflacionário". Segundo ele, o primeiro problema a se diagnosticar é reconstituir a moeda, pois a inflação brasileira não é trivial ou usual, é uma doença realmente crônica que, como o câncer, necessita de uma operação cirúrgica. "O processo inflacionário não pode ser tratado de maneira

planos Cruzado, Bresser, Collor - levou as pessoas a atualmente não querer saber de plano". Holanda afirma, ainda, que é muito difícil fazer uma previsão sobre a arrecadação do IPMF. "Suponhamos que sejam US\$ 600 milhões por mês. Essa receita é extremamente necessária para o governo poder combater a inflação. Mas



"Em qualquer programa de estabilização, no fundo você tem essa decisão crucial, que é como acabar com o imposto inflacionário e o que colocar no lugar dele"

dado conta disso. "Você acaba com a inflação, acaba com a receita do governo. O grande erro do plano Cruzado foi esse. No fundo, todo programa de estabilização tem de ter sua parte fiscal. Porque o que está gerando a inflação brasileira é a questão fiscal. São esses US\$ 10 bilhões que têm de ser gerados através da emissão de moeda. Se você aumenta impostos e não corta despesas, obviamente esse déficit vai aparecer, você vai ter que financiar, vai ter de lançar mão da emissão de moedas. Essa lição foi aprendida e, certamente, a nova equipe sabe que ninguém pode acabar com a inflação brasileira, sem resolver a questão do imposto inflacionário".

Existem questões que são controversas e que a sociedade brasileira tem de se debruçar para pensar, diz ele. "Há uma espécie de condomínio, onde alguns condôminos usam os serviços, mas não pagam. Nós temos condôminos que não pagam e síndicos que não administram. O problema da reforma tributária é fazer com que a carga não seja tão concentrada. Para isso, é necessário tornar a Receita Federal um órgão cada vez mais técnico. Não se pode admitir que um chefe da Receita em um estado seja indicação política. Se a pessoa é indicada por algum político, certamente quando este lhe pedir algum

"favor", ela não vai ter como negar. Além disso, a questão chave do tributarismo é o federalismo do Estado. É preciso mandar os encargos para os estados e municípios, descentralizar", completa.

Para Holanda, se o governo conseguir substituir o imposto inflacionário por outro tipo de imposto, não necessariamente o programa de estabilização será recesivo. "Essas pessoas que estavam pagando esses impostos terão dez bilhões a mais para gastar. E as outras pessoa vão ter menos US\$ 10 bilhões. Qual o impacto disso, é muito difícil fazer uma previsão." Segundo o professor, essa é uma questão política, já que um programa de estabilização afeta grupos de sociedade de maneira diversa. "Alguém está ganhando com a inflação e vai deixar de ganhar e outro vai deixar de perder. Do ponto de vista do conflito, é um conflito dentro da sociedade. Não é a toa que até hoje a inflação no Brasil ainda não acabou".

Holanda diz ser preciso que, uma vez que se faça uma reforma fiscal, se impeça o Estado de fazer o que ele estava fazendo antes. "Faz-se uma reforma fiscal, aumenta-se a receita do governo e este governo, no outro ano, gasta essa receita e mais alguma coisa. É preciso colocar regras que impeçam que essas coisas aconteçam novamente.

É preciso obrigar os bancos estaduais a não emitirem moeda".

O professor defende que não é preciso que o BC seja independente. Ele precisa ter autonomia. "Eu prefiro usar autonomia, porque, na verdade, num país democrático, não existe poder independente, a não ser o Judiciário. Um presidente da República pode ser tirado, por que vai se dar independência ao presidente do BC? Tem de se encontrar mecanismos que dêem autonomia mas, ao mesmo tempo, façam com que eles sejam responsáveis perante, por exemplo, o Senado".

Sobre uma possível falta de representatividade do Congresso Nacional, Holanda diz que o Congresso não fez nenhum obstáculo aos programas de estabilização que fracassaram no ano passado. A questão política é mais ampla. É da sociedade. "As pessoas gostam de dizer que quem gera a inflação é o governo. Mas nós somos o governo. Se o governo gasta mais do que arrecada é porque há pressões de vários grupos da sociedade. São os funcionários públicos que querem aumento de salário, são os aposentados, que reclamam seus benefícios, as corporações das empresas estatais, que também têm seus interesses. E pressionam". Do lado da Receita, existem as pessoas que sonegam impostos, alegando que o Estado é incapaz de fazer serviços e emprega mal seu orçamento, acrescenta. "Na verdade, elas sonegam porque todos preferem dinheiro no bolso do que dinheiro dado a alguém".

Esta é uma questão que envolve todos os grupos da sociedade. "O Congresso é composto pelos representantes destes grupos. O problema político não se restringe ao governo ou ao Congresso. O governo e o Congresso representam a sociedade. O problema político é, então, a vontade política de cada um."

ANUNCIE NO

I N F O R M E

CORECON

O jornal das entidades dos economistas do Rio de Janeiro já completou 50 edições.

São 20 mil exemplares distribuídos mensalmente entre economistas do Rio de Janeiro, diversas instituições e parlamentares do Estado e do País. Os temas abordados pelo Informe CORECON se destinam a um público especializado e formador de opinião.

Informações:
(021) 224-0578

Sistema de Projeções Qualificadas CORECON-INSIGHT

INFLAÇÃO

As expectativas otimistas que dominaram o cenário econômico com a nomeação do senador Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda não tiveram fôlego suficiente para compensar a falta de apoio político às medidas consideradas necessárias pelo próprio ministro para contenção do processo inflacionário. Os índices de inflação no bimestre julho/agosto, porém, deverão permanecer em estado de hibernação, com pequenas variações, quase que residuais, em relação às taxas registradas no bimestre anterior. Os 11 economistas que participaram de mais essa rodada do Sistema de Projeções Qualificadas (SPQ) do Conselho Regional de Economia (Corecon), projetam, para o mês de julho, uma taxa de inflação, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 31%, o que significa uma variação mínima em relação aos 30% da expectativa oficial. A projeção do IGP de 31% em julho, revela uma certa estabilidade da inflação em relação ao índice de 30,72% registrado em junho pela FGV. A previsão do SPQ para o IGP do mês de agosto é de uma taxa média de 31,4%, o que reafirma a expectativa de que a política econômica permanecerá em compasso de espera, no mesmo período, mantendo-se a tendência de a inflação continuar "andando de lado". Uma ressalva, no entanto, merece ser feita em relação à projeção do mês de agosto: um único economista trabalha com a hipótese de medidas mais drásticas no período, prevendo uma inflação zero, no mês em questão. Sua projeção não foi incluída na mostragem, de forma a não prejudicar a média.

JUROS

Depois de um declínio acentuado na taxa de juros real, determinada ainda na gestão Eliseu Resende pela mudança de enfoque na combinação das políticas monetárias e cambial, o mercado parece ter determinado o seu piso de queda. A previsão do SPQ é de que os juros reais nos títulos do governo, para o bimestre julho/agosto, fiquem no patamar de 1%, comum aos dois meses. Em junho, a taxa de juros real situou-se em 0,3%, em relação ao Fipe, e em 1,07%, em relação ao IGPM.

CÂMBIO

A política cambial do governo caminha em sintonia fina com as expectativas inflacionárias, com o diferencial de que as expressivas reservas cambiais do País permitem à mesa do Banco Central adequar a variação do dólar à sua conveniência. A projeção do SPQ do Corecon para o bimestre

julho/agosto é de uma desvalorização do cruzeiro praticamente igual nos dois meses, ou seja, de 31,5% e 31,6%, respectivamente. As taxas previstas são ligeiramente superiores à variação cambial de 30,3%, verificada no mês de junho. Houve uma abstenção entre os 11 economistas que participam da mostragem do SPQ.

DÓLAR PARALELO

Se depender da expectativa dos economistas que integram esta rodada do SPQ, o tempo dos ágios espetaculares no mercado paralelo do dólar é o mesmo do "Parque dos Dinossauros". A valorização do dólar no black tem sido tão previsível quanto o clima quente no Rio de Janeiro, com 10 entre os 11 economistas da mostragem cravando previsões praticamente iguais para o bimestre julho/agosto. O dólar no paralelo (valor venda) deverá fechar julho cotado a Cr\$ 76.350,00, o que representa uma variação de 29,6% em relação ao mês de junho. Já no mês de agosto, a cotação vai a Cr\$ 97.980,00, correspondendo a uma valorização de 28,2% em relação à projeção do mês anterior.

DÓLAR COMERCIAL

As projeções para o dólar comercial indicam que o Governo pretende compensar a contenção dos juros reais com um câmbio colado na inflação, de forma a manter a competitividade das exportações. O resultado dessa virtual política é uma progressiva redução do ágio entre comercial e black no bimestre julho/agosto. O SPQ estima que o dólar ficará na casa dos Cr\$ 71.270,00, em julho, e Cr\$ 92.250,00, em agosto.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A indústria de transformação tem sido um dos setores que, praticamente, ignora o cenário conturbado da economia, em 1993. Seus expressivos índices de crescimento foram e continuam sendo puxados pela performance da indústria automobilística, que possui ampla capilaridade com todo o setor industrial. Os dados para comparação têm sido dificultados em função do recorrente atraso na divulgação dos números oficiais pelo IBGE, mas as projeções do SPQ são de crescimento contínuo no quarto bimestre, com índices de 3,2% e 3,4%. Houve uma abstenção entre os economistas da mostragem.

SUPERÁVIT COMERCIAL

Tudo em ordem no comércio externo. As projeções do SPQ indicam um superávit comercial da ordem de US\$ 1,2 bilhão nos meses de julho e agosto. Haveria, assim,

SISTEMA DE PROJEÇÕES QUALIFICADAS (4º bimestre/93)		
INDICADORES ECONÔMICOS	JULHO	AGOSTO
Inflação (IGP-FGV)	31,0%	31,4%
Taxa de Juros Real (*)	1,0%	1,0%
Taxa de Câmbio	31,5%	31,6%
Dólar Paralelo (1)	76.350,00	97.980,00
Dólar Comercial	71.270,00	91.250,00
Produção Industrial (anualizada)	3,2%	3,4%
Superávit Comercial (US\$ bilhões)	1,2%	1,2%
(1193/1992)		
Produto Interno Bruto	2,9%	
Taxa de Desemprego (IBGE)	6,6%	
FBK/PIB	15,7%	
Contas Governo/PIB (2)	2,2% (déficit)	
(*) Descontada a TR do período. Sob títulos públicos.		
(1) Cotação do dólar no último dia do mês.		
(2) Resultado operacional.		

um recuo em relação a maio, quando o saldo foi de US\$ 1,4 bilhão. Houve uma abstenção no mês de julho e duas em agosto.

PIB

Os economistas que compõem a mostragem do SPQ atualizaram suas projeções em relação ao crescimento do PIB afinados com a grande maioria dos institutos de pesquisas e empresas de consultoria do País. Aparentemente, se existe uma unanimidade na área das contas nacionais, ela diz respeito à recuperação do Produto Interno. A estimativa do SPQ é de que o PIB cresça 2,9%, neste ano, ou seja, algo muito próximo da previsão de 3,4% feita pelo Ipea, no início do segundo semestre.

EMPREGO

A indústria de transformação registra índices de crescimento recorrentes, as exportações continuam crescendo acima da média do comércio exterior internacional e a previsão para o aumento do PIB quase que duplica em relação ao período de comparação anterior, mas o desemprego continua firme e forte. De acordo com as projeções do SPQ, o Brasil já está - ou então estaria - muito próximo - reproduzindo o chamado desemprego estrutural do Primeiro Mundo, que alguns economistas vêm chamando de "crescensão", ou seja, uma perversa combinação de crescimento econômico com recessão. A estimativa é de que a taxa de desemprego aberto alcance 6,6%, ao término de 1993. Houve uma abstenção no total das previsões.

FBK

O SPQ projeta um pequeno declínio na formação bruta de capital fixo, quando comparada com a previsão anterior. Os investimentos deverão crescer somente

15,7% em relação do PIB, em 1993. Na rodada anterior do SPQ, a estimativa era de que eles crescessem 15,9% do PIB. O número é declinante, mas, de qualquer forma, representa um ligeiro aumento em relação à estimativa da formação de capital, em 1992, de 14,4% do PIB.

CONTAS DO GOVERNO

A promessa do ministro de zerar o déficit operacional do governo Fernando Henrique Cardoso não sensibilizou a esmagadora maioria dos economistas que participam dessa bateria do SPQ. A previsão é que o Tesouro Nacional feche 1993 com um déficit da ordem de 2,3% do PIB. Um dos economistas, porém, navega no sentido contrário, projetando um superávit operacional de 2% do PIB.

Observações:

- 1) As projeções foram realizadas entre 25 de junho e 5 de julho.
- 2) Todas as projeções citadas refletem a média de opinião dos economistas ouvidos pelo Corecon.
- 3) Foram utilizados como fonte para indicadores econômicos passados e futuros o Departamento de Comércio Exterior (DECEX) do Banco do Brasil; a Andima; a Fundação Getúlio Vargas; a Fipe; o IBGE e o IPEA.

Economistas consultados: Roberto da Cunha Castelo Branco (Banco Arbi); Eduardo Scaletsky (DIEESE-RJ); Francisco de Assis (Banco Marka); Flávio Castelo Branco (Confederação Nacional da Indústria); Aires Manuel Teixeira Pinheiro e Antônio Carlos Porto Gonçalves (Pinto de Almeida DTVM); Rodrigo Quental (Cia. Vale do Rio Doce); José Eduardo Pereira (BNDES); Cláudio Contador (Coppe/UFRJ); José Cláudio Ferreira da Silva (IPEA); Reinaldo Gonçalves (UFRJ); e Célio Lora (Price Waterhouse).

"Integração competitiva é a

O Brasil precisa de um novo padrão de inserção internacional. Mas os ajustes necessários não passam pela questão de abrir ou fechar a economia - uma das mais abertas do mundo. Somente abandonando as falsas questões e concentrando-se mais nos exemplos do que nos conselhos dos países desenvolvidos conseguiremos realizar os ajustes estruturais essenciais para evitar a re-primarização da economia. Essa é a análise feita pelo ex-economista da Organização das Nações Unidas e professor titular da FEA-UFRJ, Reinaldo Gonçalves, que discute aqui as mudanças em curso na esfera internacional - nos sistemas produtivo, financeiro e monetário -, os acordos que vêm sendo firmados nas reuniões da Rodada Uruguai do GATT e do G-7 e a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

CORECON: *Vivemos a emergência de um novo paradigma tecnológico e organizacional em nível mundial. O que explica esta aceleração da internacionalização da produção?*

Gonçalves: Na verdade, a produção já vem há séculos se internacionalizando, desde a época das grandes descobertas. Mas, nos últimos anos, houve um salto quântico na internacionalização, impulsionado pelo progresso tecnológico e, particularmente, pela redução brutal nos custos de comunicação no plano internacional, associado à telemática. Ficou barato controlar agentes produtivos situados em outros países. O crescimento da economia internacional se faz hoje ancorado em um processo de internacionalização da produção, com base em relações contratuais e investimentos. O que explode nos últimos dez anos são as relações contratuais, acordos de cooperação entre empresas, novas formas de investimento direto, instalação de subsidiárias. O comércio decresce de importância. Enquanto este cresceu 10% ao ano na última década, os investimentos cresceram 30% e as relações contratuais, muito mais que isso.

CORECON: *A Rodada Uruguai do Gatt, que está para ser concluída, vai implicar em mudanças significativas nas relações de comércio internacionais?*

Gonçalves: Do ponto de vista de mudanças institucionais, o que se observa, a partir de 1986, com a oitava rodada de negociação - a Rodada Uruguai do Gatt -, é que os Estados Unidos tentam ir ao encontro de seus interesses. Não querem tanto reduzir barreiras tarifárias e não - tarifárias em determinados setores industriais, mas querem reduzir restrições em áreas

onde eles têm vantagens comparativas, que são comércio de serviços, propriedade intelectual e questões comerciais vinculadas a investimento direto - restrições a empresas americanas que, de alguma forma atrapalham o balanço de pagamentos dos Estados Unidos. A Rodada Uruguai se desenvolveu com altos e baixos até dezembro de 1990, quando, em Bruxelas, deveria ter ocorrido um fechamento, mas em diversos temas não houve acordo. A catástrofe chegou a ser apelidada de *Gattastrof*.

CORECON: *As dificuldades se devem aos novos temas?*

Gonçalves: Houve uma impossibilidade de chegar a acordos tanto sobre os novos temas como sobre os antigos. Não foi possível chegar a um consenso em torno de princípios básicos de negociação com relação à agricultura, à indústria têxtil e a mecanismos próprios de comércio internacional, como salvaguardas, anti-dumping, medidas compensatórias, subsídios, etc. Muitos desses mecanismos já existiam, mas, ou estavam ultrapassados ou eram ineficazes de uma maneira ou de outra.

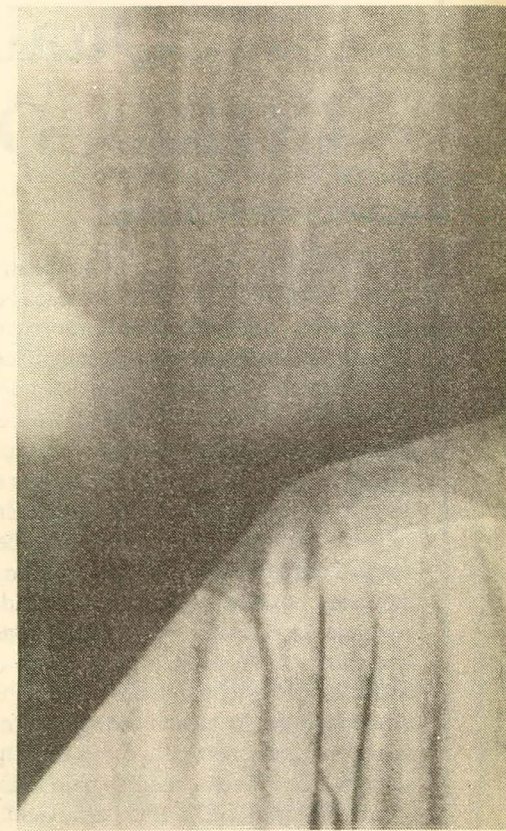
CORECON: *Com todas as dificuldades, será possível concluir a Rodada Uruguai até o final do ano?*

Gonçalves: De dezembro de 90 em Bruxelas até dezembro de 91, num processo acelerado de negociação, chegou-se a um *draft* final de 600 páginas, com 22, 23 acordos, cobrindo as principais áreas de negociação. Esse acordo foi refinado durante todo o ano passado e, finalmente, em dezembro de 1992 foi colocada na mesa uma proposta de negociação. Nos novos setores, os países em desenvolvimento foram aceitando o que os países mais avançados foram colocando. Mas os

países desenvolvidos têm ainda pendências fortes na área de agricultura. Na reunião do G-7, que houve agora no mês de julho, os países mais uma vez se comprometeram a acelerar as negociações, mas essa promessa é feita em toda reunião do G-7.

CORECON: *As mudanças são tão significativas que justifiquem tanta protelação?*

Gonçalves: Na realidade muda pouca coisa. Por exemplo, questões de comércio vinculadas a investimento direto, que é uma questão muito forte para os americanos. Os países em desenvolvimento têm cinco anos para aplicar a liberalização das TRIMS (Trade Related Investment Measures). Os países desenvolvidos têm dois anos, os menos desenvolvidos têm cerca de sete anos. Todos os acordos vão ser implementados ao longo dos anos, de forma gradual. Mesmo que se conclua a Rodada Uruguai em dezembro, nada muda na nossa vida, nem na vida do país de um dia para o outro. Embora a impressão que se tenha é de que os códigos estão mais elaborados, mais caprichados no sentido de evitar a burla em termos do aparato institucional e jurídico do próprio Gatt, o fato é que o Gatt não tem caráter impositivo, não tem poder de punição. Tudo é voluntário e você pode no máximo dizer que um país está violando o acordo. O que acontece é que os países que têm poder continuam violando os acordos sem nenhuma punição. Por outro lado, os acordos multilaterais são usados como mecanismos de pressão sobre os países desenvolvidos. Os acordos são interessantes, na medida em que dão uma moldura jurídica e institucional para as relações de comércio internacionais, regulando-as.



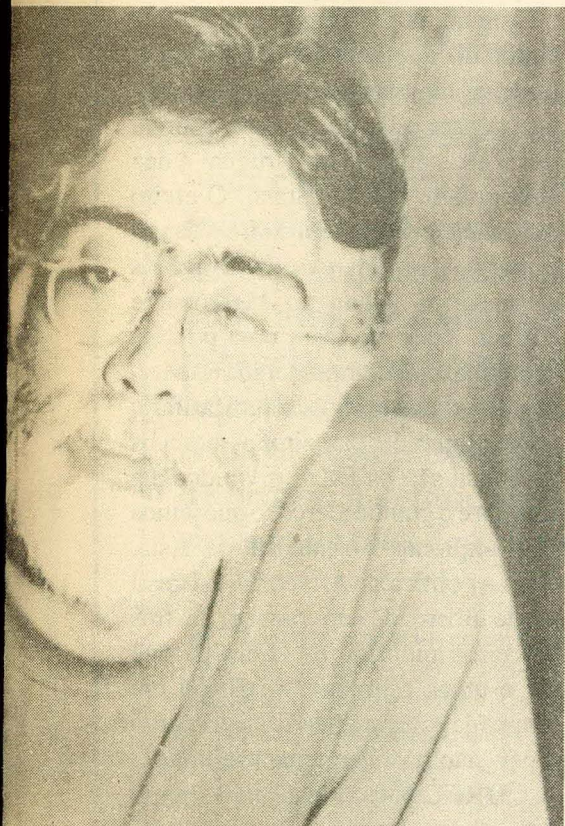
CORECON: *Mas com pouca eficácia.*

Gonçalves: É verdade. Com uma eficácia muito, muito relativa. Quem tem poder continua usando, quem não tem poder continua sendo enquadrado dentro do aparato jurídico e institucional existente. Só que esse aparato agora é mais sofisticado, abrangente, toca várias questões. Mas existe o problema de poder. Quem tem poder viola e não sofre punições. Para quem não tem poder, isso acaba funcionando como uma pressão a mais, multilateral, pois continua a sofrer as pressões no plano bilateral. Os países que têm o poder podem retaliar no plano bilateral e, no plano multilateral, criam mecanismos de pressão para que sejam cumpridos os acordos.

CORECON: *O que existe de novo no campo dos serviços?*

Gonçalves: O acordo de serviços já foi aceito pelos países em desenvolvimento. É considerado razoável. Envolve os princípios básicos de não-discriminação no comércio internacional, quer dizer, uma empresa estrangeira que queira vender serviços no Brasil vai ter o mesmo tratamento que uma empresa brasileira tem. Existe também um processo em negociação através de listas de demandas. O Brasil pode oferecer abrir alguns setores, em troca da abertura de outros nos Estados Unidos, por exemplo. Mas, pela cláu-

e-primarização da economia"



sula na ação mais favorecida, se abrir para um país, vai ter de abrir para todo mundo.

CORECON: *O processo de internacionalização também implicará em mudanças no plano monetário e financeiro?*

Gonçalves: Com relação à questão monetária e financeira, o mundo continua com o que se chama do "não-sistema monetário internacional". Curiosamente, no ano que vem completa-se 50 anos de Bretton Woods, que criou duas organizações centrais do novo sistema, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O fato é que temos um "não-sistema monetário" desde 73, com a ruptura do padrão ouro-dólar. É um sistema que não tem regras. Até hoje não se definiu se teremos uma nova moeda internacional para substituir o dólar, se vamos trabalhar com direito especial de saque, se teremos as moedas que servirão como padrão. O sistema monetário continua extremamente fragilizado, tão fragilizado que não se consegue expandir a importância dos direitos especiais de saque no cenário mundial porque as economias avançadas não querem. Os Estados Unidos não querem perder a hegemonia do dólar, os europeus querem a sua moeda. O sistema monetário europeu que se pretendia como a nova âncora monetária internacional, no ano passa-

do sofreu uma crise extraordinária, quando, dez meses após o acordo de Maastricht que definia todo um cronograma para o sistema monetário europeu, é implodido com a saída da Inglaterra e da Irlanda do sistema. Essa construção européia já vinha se dando desde 73, mas só consegue impulso em 85, fazer o acordo em dezembro de 91, e em outubro de 92 ele se esvazia em função da própria fragilidade das economias européias.

CORECON: *O Fundo Monetário Internacional, da forma como está estruturado hoje, pode vir ainda a desempenhar esse papel?*

Gonçalves: Esse "não-sistema monetário" que vigora hoje deveria ser regulado pelo FMI, criado em 1944. Acontece que o FMI é uma instituição absolutamente inoperante. O último país avançado que entrou no Fundo foi a Inglaterra em 1967. Ele hoje só funciona para dar uma "merreca", recursos absolutamente inexpressivos, para países desenvolvidos. E ele não tem nenhuma influência no sistema monetário internacional, que é onde ele deveria desempenhar seu papel, criando uma moeda e regulando a liquidez internacional e também as taxas de câmbio. Ele deveria funcionar como uma autoridade monetária internacional central, regulando as paridades.

CORECON: *Por que as questões-chave do sistema monetário foram parar no G-7?*

Gonçalves: O FMI tem hoje 153 ou 154 países membros. É um fórum multilateral. Mas os países centrais não queriam colocar na mão de um fórum multilateral as questões-chave do sistema monetário internacional. Então o que fizeram? Criaram o G-7 em 1974, se não me engano. E lá é que passaram a ocorrer os acordos em termos de taxas de câmbio e taxas de juros internacionais. Na realidade, o G-7 foi o certificado de óbito do FMI, que persiste porque o Tesouro Americano, o Tesouro Britânico e o Tesouro Francês descobriram que o FMI é um instrumento de política econômica externa desses países vis-à-vis os países do Terceiro Mundo. Então, se enquadram os países com desequilíbrio de balanço de pagamento num sistema de condicionalidade para pegar recursos escassos e os países

vêm aceitando. A experiência dos últimos dez anos mostra um Fundo Monetário absolutamente incompetente do ponto de vista técnico, econômico, político, financeiro, para lidar com os países do Terceiro Mundo e, particularmente, os problemas de endividamento externo.

CORECON: *E, quanto ao sistema financeiro internacional, o que vem sendo discutido com relação à sua acomodação ao novo paradigma econômico mundial?*

Gonçalves: O sistema financeiro internacional ficou fragilizado com o problema do endividamento externo, mas de 83 até 89 conseguiu se recuperar e se garantir de qualquer ruptura no plano financeiro internacional, partindo dos países em desenvolvimento, que vêm, ao fim e ao cabo, pagando suas dívidas. Mas, do ponto de vista dos países avançados, eles têm um problema. Têm incorporado uma volatilidade muito grande, principalmente em função da desregulamentação internacional. Cada vez fica mais difícil para os Tesouros e os Bancos Centrais dos países desenvolvidos regularem as transferências internacionais de capital. Tanto é assim que, de uns três anos para cá, passou a onda de liberalização financeira internacional e se tem um novo movimento de regulamentação. O Banco Internacional de Compensações, o BIS, começa a definir novos critérios de acompanhamento dos bancos nas suas transações internacionais.

CORECON: *A economia internacional está caminhando para uma maior regulação, tanto do sistema produtivo real, através dos acordos comerciais no Gatt, como dos sistemas monetário e financeiro. O Brasil estaria caminhando contra a história ao embarcar na onda liberalizante?*

Gonçalves: O Brasil é uma das economias mais abertas do mundo. Isso é verdade no plano produtivo real, no plano monetário, no financeiro e no comercial. É verdade também no plano da tecnologia. Se você pegar os indicadores mais simples de abertura de economia, você observa que poucas economias no mundo têm tal grau de abertura de seu aparelho produtivo, particularmente da indústria e, dentro da indústria, dos setores estratégicos.

Diria talvez Venezuela e Singapura, duas economias extraordinariamente abertas. Mas nenhuma economia de porte continental.

CORECON: *É muito comum a visão de que nos Estados Unidos a economia é muito mais aberta.*

Gonçalves: Se você comparar o Brasil com os Estados Unidos, uma economia liberal, aberta, você vai ver que a presença de empresas estrangeiras é aqui muito maior que em qualquer indústria americana. No agregado, o Brasil tem um grau de abertura três vezes maior que os Estados Unidos. Um terço da indústria aqui instalada é estrangeira. Nos Estados Unidos, 11% da indústria são constituídos de empresas estrangeiras. Então, o Brasil tem um grau de internacionalização da economia três vezes maior que os Estados Unidos. Se você olhar por setor industrial, vai ver que em todos os ramos o Brasil tem um grau de internacionalização da produção maior que os Estados Unidos. Todos, com uma única exceção: o ramo editorial e gráfico. Por quê? Porque as empresas inglesas, australianas e canadenses estão instaladas no mercado americano para atingir os seus mercados de origem a partir dos Estados Unidos. Do lado monetário e financeiro, idem. Se você considerar o pagamento de lucros e dividendos, pagamento de juros, isto é, serviço de capital, os indicadores com relação ao PIB são de duas a três vezes maiores que os dos Estados Unidos. Poucos países no mundo mandam, como mandou o Brasil, 5% de seu PIB anualmente como pagamento de serviço de sua dívida externa.

CORECON: *Isso também ocorre no comércio?*

Gonçalves: A exportação brasileira sobre o PIB dá 10%. Todas as economias de porte continental do mundo têm uma relação exportação e importação sobre o PIB em torno de 10%, 15%. O Brasil só se protege quando falta dólar, é um país com uma abertura muito grande, desde a descoberta. Quando se iniciou a política de substituição de importações, quem veio produzir aqui foi a empresa estrangeira. Antes ela exportava, depois passou a explorar o mercado através da instalação da subsidiária aqui. O Brasil praticamente não tem

barreiras não-tarifárias. Acabou com o Anexo C. Mas, mesmo quando tinha, a barreira pegava 20% a 25% do comércio. Hoje, cerca de 20% dos produtos que o Brasil exporta para os Estados Unidos são afetados por barreiras não-tarifárias. Se você for medir o protecionismo, vai ver que entre os dois países não existe uma diferença significativa. O Brasil é, portanto, uma das economias mais abertas do mundo.

CORECON: *Quais são as implicações disso, com essas transformações globais que vêm ocorrendo aí, particularmente progressotécnico, globalização e internacionalização?*

Gonçalves: O Brasil precisa de um novo padrão de inserção internacional. Mas ele não passa pela questão de abrir ou fechar. Esta pergunta é uma pergunta tola, uma pergunta falsa. É uma não-questão. A economia brasileira é uma economia tão aberta que ela é vulnerável do ponto de vista externo. Se a taxa internacional de juros subir hoje de 4% para 8%, esse país, que já não funciona, vai funcionar menos ainda. Não é possível fazer uma política industrial para o setor de eletrônica no Brasil, ou para o setor de transportes, equipamentos de telecomunicações, ou na indústria metal-mecânica. Isso depende da estratégia das empresas internacionais. Não é um problema doméstico como é na Coreia do Sul, na Alemanha ou na França. Esta vulnerabilidade é extraordinária nos setores tecnológicos. Na verdade, houve um aprofundamento da dependência tecnológica nos últimos dez anos.

CORECON: *A vulnerabilidade comercial também é grande.*

Gonçalves: É grande porque se tem uma inserção internacional ancorada em bens intensivos em recursos naturais. A integração competitiva, na realidade é a re-primarização da economia. Você assenta a expansão do comércio do país em soja, papel e celulose, alumínio, bauxita... Quando

o mundo está trabalhando em tecnologias de ponta, em uso intensivo de tecnologia e valor agregado, nós estamos fazendo, na verdade, uma re-primarização. Nós estamos, com isso, perdendo posição. O Brasil já foi o 19º maior exportador. Hoje é o 24º. E, no padrão de inserção internacional, o

que tem crescido são os recursos naturais intensivos. Com isso, se perde parcela de mercado internacional, no agregado, e no setor estratégico, também. E no front interno, o que aparece? As importações crescem. A crescente vulnerabilidade reduz o grau de manobra na definição de uma estratégia de desenvolvimento.

CORECON: *Qual a verdadeira*

pergunta que devem fazer os que desejam definir uma nova estratégia de desenvolvimento para o país?

Gonçalves: É preciso fugir à pergunta tola, de abrir ou não abrir. É o mesmo que perguntar: crescer ou não crescer? A verdadeira pergunta a se fazer é: como fazer mudanças estruturais na economia brasileira, no sistema produtivo, visando combater os desequilíbrios, inclusive sociais que se tem no Brasil, de forma a reduzir a vulnerabilidade externa? Ou seja, como fazer um ajuste estrutural interno de forma a reduzir a vulnerabilidade externa? Essa foi a pergunta que os japoneses se fizeram em 85. O primeiro ministro japonês reuniu o pessoal e disse: "Nós temos um problema grave. Não posso mais mexer, que sou logo enquadrado pelos americanos. Vou na Casa Branca e sou humilhado por um secretário de Estado". O que foi feito? Eles realizaram os ajustes internos necessários para reduzir sua vulnerabilidade externa. Nós temos que aprender com os japoneses a criar grau de manobra para uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo.

CORECON: *A internacionalização da economia mundial também aponta para políticas externas mais*

abrangentes, como a que é realizada pelos Estados Unidos.

Gonçalves: Os americanos nos ensinam a segunda lição, que eles chamam de política comercial, mas que não tem nada de política comercial. É uma política econômica externa abrangente. Nos Estados Unidos, eles têm um instrumento jurídico particular, que chamam de lei da competitividade, que, na realidade, trabalha de forma interligada a questão de investimento, a questão tecnológica, a questão comercial e também a produtiva real. Todos os aspectos econômicos das relações internacionais estão articulados, incluindo a visão de política externa. Se os americanos querem uma concessão na área tecnológica no Brasil, fazem uma retaliação na área comercial de bens. Se querem concessão na área de comércio, fazem retaliação na área tecnológica, como por exemplo, o acesso a grandes computadores. É uma visão abrangente de política econômica externa. O Brasil nunca teve e não tem ainda. Os americanos ensinaram a gente direitinho, mas nós nunca aprendemos a lição.

CORECON: *O que tem feito o Itamarati?*

Gonçalves: O Itamarati está completamente desestruturado, não sabe de onde vem, nem para onde vai. Eu acho que o próprio Fernando Henrique quando entrou lá percebeu isso e deu impulso aos grupos tarefa - que já existem há anos -, compostos dos próprios embaixadores, encarregados de fazer a reforma do Itamarati. É igual a botar os delegados da Polícia Federal para fazer a reforma da Polícia Federal.

CORECON: *E com relação ao Mercosul?*

Gonçalves: O Mercosul é a única iniciativa estratégica do Brasil na área de política externa nos últimos dez anos. Mas ele também é exemplo da falta de uma política externa. Fizemos

um estudo de impacto multiplicador de comércio no Mercosul e observamos que o efeito do Mercosul sobre o Uruguai, por exemplo, é dez vezes maior do que sobre o Brasil. Se o Uruguai aumenta em 10% suas exportações para o Brasil, o efeito sobre a renda e o emprego no Uruguai é dez vezes maior que no Brasil. O efeito que esse comércio tem sobre o Brasil é muito marginal. A crítica que os empresários fazem ao Mercosul é correta. Você vai fazer uma política comercial brasileira ancorada no Mercosul - por exemplo, estrutura tarifária -, mas os grandes parceiros comerciais do Brasil são os Estados Unidos e a Europa e o grande mercado que temos para explorar é o sudeste da Ásia. Com a política do Mercosul, o Brasil perde liberdade em função de três parceiros minoritários. O fato de esta ser a única estratégia do Brasil em termos de política externa mostra como o país não teve nenhuma estratégia.

CORECON: *Fala-se muito que a internacionalização levará ao fim das fronteiras e do Estado Nacional. O que vem se verificando de fato?*

Gonçalves: O que vemos hoje é que o Estado Nacional se torna cada vez mais importante. Muito mais do que foi na época do imperialismo prussiano ou francês. A Comunidade Econômica Européia vai enquadrar as empresas japonesas, O que decide fazer, então? Ela define cotas. Por exemplo, os japoneses só podem exportar para a Alemanha 5292 Hondas, 3253 Mitsubishi. E quem é que está negociando? Você acha que são as empresas japonesas e alemãs? Não. É o ministério alemão lá,

e o MIT japonês do lado de cá. É o Estado Nacional que assina os protocolos. Em todo o mundo, o Estado Nacional se torna cada vez mais presente. E no Brasil, no entanto, a sociedade fica numa discussão tola e inútil sobre se abre ou fecha economia.

"O Brasil tem um grau de abertura três vezes maior que os EUA. Um terço da indústria aqui instalada é estrangeira. Nos EUA, 11% da indústria são constituídos de empresas estrangeiras"

"Quando o mundo está trabalhando em tecnologias de ponta, nós estamos fazendo uma re-primarização. O Brasil já foi o 19º maior exportador. Hoje é o 24º"

A hora do "Filé Mignon": o Sistema Telebrás

A verdadeira reforma na Constituição tem como um de seus objetivos centrais o fim do monopólio estatal das telecomunicações. A discussão sobre o futuro do setor chave para a chamada Terceira Revolução Industrial está sendo substituída pela pressão exercida pelas grandes corporações multinacionais e seus lobbies poderosos, excitados com o que representa em termos potenciais o mercado brasileiro. Como podem as organizações esclarecer a opinião pública sobre um tema tão complexo e motivar uma discussão ampla que dê origem à definição de um novo modelo para o sistema de telecomunicações?



Da esquerda para direita: Nin Prates, Conceição, Jorge Santos e Vianna.

Essa foi a questão central do debate promovido pelo Conselho Regional de Economia (Corecon), o Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ), o Sindicato dos Economistas (Sindecon), a Associação de Funcionários do BNDES e a Associação de Empregados da Embratel, no dia cinco de julho na Faculdade Cândido Mendes. Na mesa, a economista Maria da Conceição Tavares, presidente do IERJ, Gaspar Vianna, da Assessoria Jurídica da Embratel, e Ricardo Nin Prates, mestre pelo Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ.

Gaspar Vianna destacou que não há no programa de nenhum dos partidos brasileiros sequer uma palavra sobre o tema. "Isso revela o quanto um assunto de importância capital para o desenvolvimento do país é desconhecido de nossos políticos", disse.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam, segundo ele, que nenhum outro setor da economia cresce hoje mais que o de telecomunicações. Enquanto esse setor, que em 1985 representava 1,97% do Produto Interno Bruto (PIB), pulou para 4,28% do PIB em 1992, o setor industrial caiu no mesmo período de 44,14% para 39,8% e o setor comercial caiu de 12,21% para 11,31%. Vianna citou também um estudo realizado pelo banco de investimentos britânico Latin Invest, que aponta a possibilidade de o sistema Telebrás elevar seu faturamento de US\$ 650 milhões para US\$ 2,2 bilhões, apenas praticando tarifas realistas.

Citando um estudo realizado pela empresa de consultoria americana Salomon Brothers, Gaspar Vianna disse que, apesar de as tarifas praticadas no Brasil serem as mais baixas do mundo, a Telebrás é uma das seis empresas mais rentáveis, ocupando posição equivalente à British Telecom e colocando-se à frente da NTT do Japão e da média das 14 empresas

norte-americanas do setor.

Para Ricardo Nin Prates, com a passagem do padrão de industrialização fordista para o padrão de industrialização em rede, as telecomunicações se tornam cada vez mais um setor estratégico. No lugar das estradas, como principal motor de desenvolvimento, está hoje a infraestrutura de teleinformática. Nin Prates diz que, para o desenvolvimento da infraestrutura de teleinformática, três ordens de fatores precisam ser analisadas: fatores tecnológicos, de economia de mercado e institucionais. Ele ressalta que a pressão exercida pelas grandes corporações internacionais que atuam no setor está dificultando uma discussão séria no Congresso Nacional que defina qual o modelo de sistema de telecomunicações mais adequado às necessidades do país.

"O modelo defendido pelo Banco Mundial é o que existe nos Estados Unidos. Como tudo fica a cargo das forças do mercado, da ação das grandes corporações que atuam no setor, nota-se aí um sintoma de fragmentação sério, uma falta de padronização que pode gerar dificuldades na universalização da circulação de informação. Na Europa, toda a rede digitalizada foi arrumada em função da Comunidade Econômica Européia. Existe uma grande preocupação com a universalização e a regulamentação é maior. No Japão, foram criadas 300 áreas de informação homogêneas e um anel nacional que interliga os anéis regionais. As empresas foram privatizadas, mas não a função coordenadora, sistêmica", afirmou.

Nin Prates defende um modelo no qual a formação da infraestrutura digital continue a cargo da Embratel, para que seja garantida a integração de todo o país com a universalização do sistema, mas aponta a possibilidade de participação de empresas privadas na prestação de serviços.

A presidente do IERJ, Maria da Conceição Tavares, disse que o setor de telecomunicações é a base para a Terceira Revolução Industrial. "É nesse setor que ocorre a guerra de poder no mundo hoje. No Japão, o sistema foi montado em diversas áreas de informação por razões que não têm nada a ver com a eficiência. Foi uma guerra de morte entre diversas burocracias e grandes corporações. Se não conseguirmos criar uma regulamentação, de acordo com um modelo definido politicamente, isto aqui vai ser um verdadeiro caos", afirmou.

Conceição Tavares discordou de Gaspar Vianna de que a solução mais simples seja uma recomposição de tarifas. Segundo a professora, a opinião pública nunca apóia elevações de tarifas: "Se a argumentação for essa, todos vão ser contra. Nós sabemos que, se tudo for privatizado, as tarifas vão aumentar muito mais e ninguém vai poder dizer nada, mas a sociedade não sabe".

Ela não acredita ser possível, apenas com a união de alguns setores do PT, PDT, Forças Armadas e Igreja, bloquear o avanço dos grupos econômicos mundiais interessados na privatização das telecomunicações. "O núcleo político hoje no poder - PMDB, PFL e PSDB - está de acordo. Os nacionalistas são hoje uma minoria. É preciso negociar. O liberalismo já deixou, desde 1988, de ser apenas uma corrente ideológica. O que existe hoje é uma liberalização de fato. Dentro dessa realidade, não privatizar nada não me parece possível. O que devemos evitar é que não seja feita regulamentação nenhuma. Evitar que seja feito um bordel, como fizeram no setor petroquímico", afirmou.

É preciso, no entender da economista, que as pessoas que trabalham no setor e têm a visão de sua importância estratégica para o desenvolvimento do país desenvolvam um trabalho sério de lobby no Congresso Nacional, esclarecendo os

deputados e senadores, que, em sua maioria, "não entendem nada do assunto".

A mesa foi unânime em avaliar que a revisão constitucional que está para ser iniciada é uma grande investida dos setores interessados em reverter os ganhos que a esquerda conquistou na Constituição de 1988. Gaspar lembrou que a revisão prevista pelo artigo 68 da Constituição estava baseada na perspectiva de uma alteração do sistema ou do regime de governo, com a aprovação do parlamentarismo ou da monarquia no plebiscito realizado este ano.

Conceição Tavares chamou a atenção para o fato de que os deputados deveriam estar preocupados na verdade com a regulamentação de diversos artigos da Constituição que não podem ser aplicados sem a complementação de leis ordinárias. Ricardo Nin Prates também achá que a revisão constitucional não teria porque realizar-se após o resultado do plebiscito, mas avalia que, já que parece ser impossível impedi-la, o setor de telecomunicações deve tomar a dianteira do processo, propondo a reformulação do Código Nacional de Telecomunicações.

Gaspar Vianna também defendeu a reformulação do código atual, "criado em 1962, época em que o país ainda não tinha nem televisão a cores, nem sistema de microondas, satélite e muito menos rede digital".

Conceição Tavares reforçou a idéia de o setor agir para que o Estado não perca a capacidade de regulamentação. "A privatização de alguns serviços me parece inevitável, mas ela não deve ocorrer da mesma forma que ocorreu no setor siderúrgico e petroquímico, onde as empresas foram entregues a um bando de piranhas praticamente de graça. A Embratel é a jóia da Coroa que vai ser disputada a tapa. Vem um tubarão, pega tudo, desorganiza, sucateia e, depois de tudo zoneado, só resta chamar os militares de volta".

Como fazer política salarial com inflação em alta?

Apolítica salarial, implantando 100% da inflação de reajuste, é viável para a economia neste momento? Que vantagens reais a sociedade brasileira obterá com esse aumento? Quais as conseqüências do veto presidencial a essa política?

Os economistas Edward Amadeo, professor da PUC-RJ, e João Sabóia, presidente da ABET, e o advogado e ex-ministro da Previdência do governo Sarney, Raphael de Almeida Magalhães, deram um depoimento sobre essas questões ao Informe Corecon. Em seus relatos, todos concordaram em um ponto: para resolver o problema salarial no país, é necessário um comprometimento real de todos os segmentos sociais no combate à inflação. O professor João Sabóia, titular da FEA-UFRJ, acredita que esse comprometimento seja possível, e ressalta que isso já vem sendo tentado nas conversas entre a equipe econômica, representantes de entidades sindicais e de empresários.

Já o professor Edward Amadeo e o advogado Raphael de Almeida Magalhães estão mais céticos sobre os resultados finais dessas reuniões. Para eles, o problema maior está no setor empresarial, que dificilmente estaria preocupado com a inflação de 30% ao mês. Segundo Amadeo, os empresários brasileiros não têm interesse em solucionar o problema da inflação, simplesmente porque a inflação não chega a ser um entrave para eles.

Leia, a seguir, o depoimento dos três entrevistados.

Salário não é questão isolada

Raphael de Almeida Magalhães

Ex-ministro da Previdência

O impasse da política salarial se constitui na mais gritante demonstração do equívoco da política econômica presente no país, desde Mailson da Nóbrega. Em substância, significa dizer que, se a conversão salarial se fizer nas mesmas condições em que é feita a conversão de capital e a estabilidade inflacionária em torno de 30%, quem paga a estabilização inflacionária a 30% são os assalariados. Esse impasse deveria servir sobretudo para que se denunciasses o equívoco da política econômica em partes, e se começasse a pensar em uma política alternativa que realmente

enfrentasse a questão da inflação.

A decisão do veto confirma a desigualdade do tratamento sistemático que tem sido dado ao capital e ao trabalho, com relação à evolução da inflação. Ninguém discute que deva haver conversão de capital. E todos insistem em dizer que é impossível reduzir os salários. Bastaria isso para demonstrar que o Brasil está pretendendo fazer uma política de estabilização às custas de uma piora ainda maior da política de concentração de renda no país, pois salários achatados significam ampliação da margem de lucro.

Deveria haver um toque de reunir para que todos os agentes econômicos do governo deixassem de lado preconceitos doutrinários ou ideológicos e tentassem enfrentar as questões que estão aí. Primeiro: o capital tem proteção porque a moeda está indexada. É justo manter a



indexação da moeda e ao mesmo tempo vetar-se correções dos salários?

Segundo: enquanto houver indexação da moeda, dificilmente terão êxito as políticas postas em prática. E todas elas afundaram. Nós estamos assistindo há muitos anos a uma tentativa ortodoxa de combate à inflação, sempre protegendo o capital dos efeitos inflacionários e castigando os assalariados. Nesse caso da política salarial votada pelo Congresso, o curioso é que se considera um absurdo uma correção salarial após 30 dias de inflação, permitindo que, nesse mesmo intervalo de trinta dias, o capital seja corrigido 30 vezes. É um bom chamamento da consciência coletiva.

A defesa que se faz no país da moeda indexada sugere claramente resistência à revisão dos preconceitos de vários setores da sociedade. Mesmo porque os setores ganhadores com os setores brasileiros transformaram o

Estado em culpado da crise. Portanto eles têm sempre um discurso ideológico muito simplificado que diz: enquanto o Estado não acertar suas contas, nada pode ser feito. Na verdade, as contas do Estado são em grande parte emburacadas pela existência da moeda indexada que é só o Estado pode bancar.

Eu acredito que se deva imaginar simultaneamente uma política de salários com uma política de preços. Essa política tem que passar pela ruptura do impasse da dívida do setor público e, portanto, por uma reforma financeira, uma reforma monetária, uma reforma cambial. Tem que passar por uma tentativa de se definir um novo modelo de crescimento econômico, recriando as condições do mercado, da existência de poupança, capaz de financiar essa nova retomada do crescimento. São coisas que têm que ser pensadas simultaneamente. Não

Setor empresarial não define participação

Edward Amadeo

Prof. Economia da PUC-RJ

A diferença entre a proposta salarial do deputado Paim e a aprovada pela Câmara e a contraproposta do governo pode ser vista de duas maneiras. Primeiro. Suponhamos uma inflação constante de 30%. Qual é o efeito sobre o salário real de uma proposta e da outra? A proposta Paim indica um crescimento real de 25%. Isso implica um crescimento de US\$ 25 no salário do trabalhador que ganha US\$ 100 ou US\$ 25 para cada US\$ 100 que a empresa paga ao seu empregado. A proposta do governo implica no crescimento de US\$ 2, seja para o trabalhador ou para o empregador. A diferença é enorme.

A outra maneira de ver o problema é supor que as empresas repassem totalmente para os preços os custos advindos da nova política salarial. Nesse caso, a política do Paim poderia gerar um aumento da inflação dos 30% atuais para algo em torno de 45%.

Nós estamos falando de duas propostas radicalmente diferentes, com implicações diferentes sobre o salário real, com a inflação constante, ou sobre a inflação com a margem de lucro constante. É muito difícil fazer uma mudança distributiva como a proposta pelo Paim de uma hora para a outra. A rigor, ela faz algum sentido, porque as perdas salariais são muito grande. A pergunta, numa hora como esta é: qual seria o mais desejável do ponto de vista dos trabalhadores?

Só que essa pergunta é absolutamente impossível de responder, porque nós não sabemos quem são os trabalhadores. Para os trabalhadores da Fiesp, a discussão sobre a lei salarial é absolutamente irrelevante. Os salários desses trabalhadores já vêm crescendo em termos reais desde o final de 91. Estes, então, não são os trabalhadores dos quais o deputado Paim está falando. Ele provavelmente está falando para uma massa de trabalhadores pouco organizada, pouco qualificada, pouco protegida por lideranças e que, portanto, tem hoje no Brasil somente a representação parlamentar dos deputados trabalhistas.

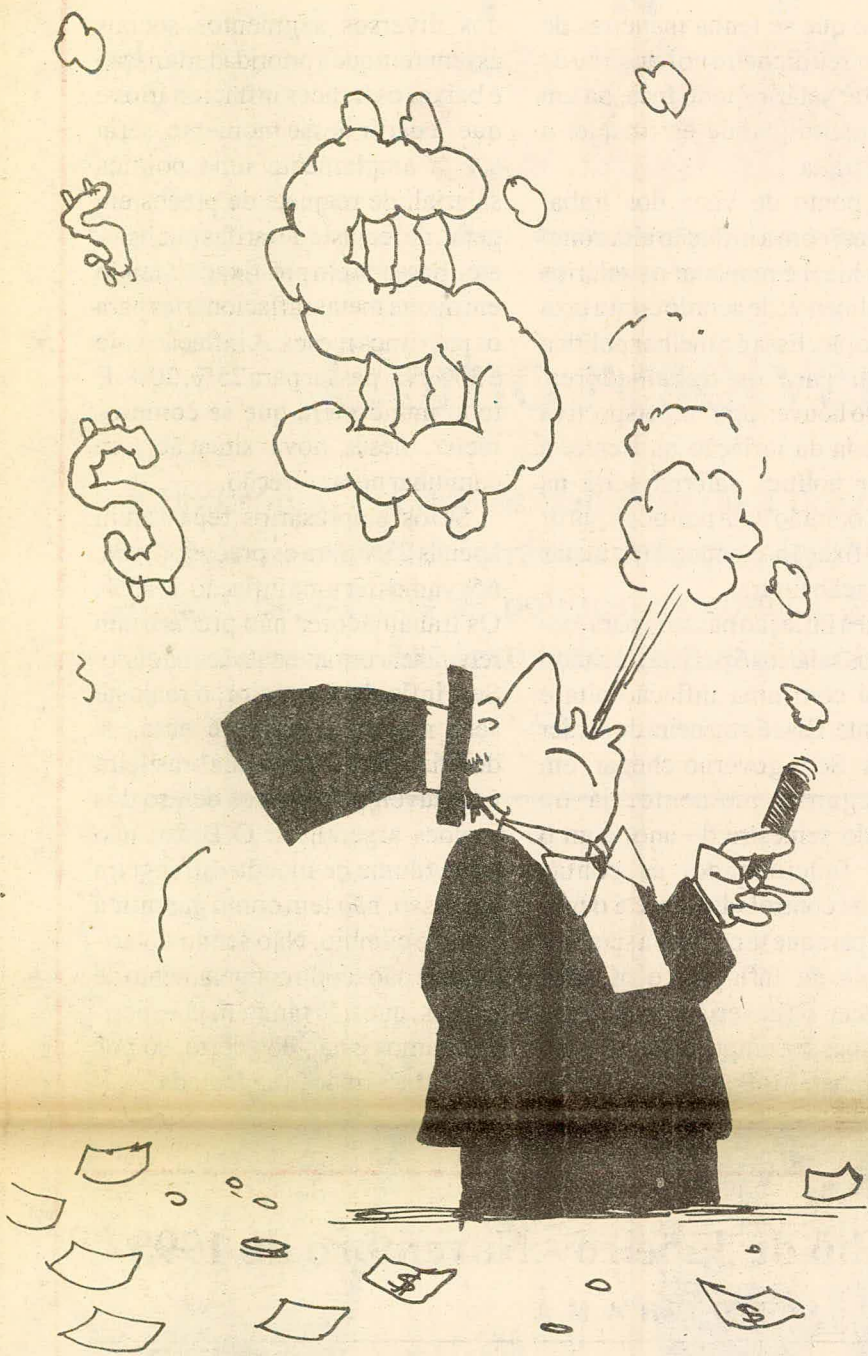
Esses trabalhadores, a rigor, são os

que estão pagando o preço pelo ténue equilíbrio distributivo no Brasil. Ténue porque, quando o deputado Paim levanta a questão, ela vira um problema nacional. Isso mostra que dar a esses trabalhadores um salário melhor e um equilíbrio inflacionário é justamente a origem do problema. O conflito distributivo está mais claro do que nunca. Ou você aumenta os salários dos trabalhadores menos protegidos e tem mais inflação ou você não aumenta e preserva o índice inflacionário.

O que falta nessa distribuição é qual o papel do setor empresarial. Há uma disputa entre dois agentes para os quais a inflação é um problema muito sério. O deputado Paim, que personifica agora esses trabalhadores, diz que, se não for repassado para os preços, o aumento do salário será real. Já o ministro da Fazenda, representante do governo, diz que o aumento será repassado, deixando em suas mãos uma hiperinflação. Implícito está o comportamento das empresas, que é uma incógnita. O presidente da Fiesp declarou no dia 20 de julho, na Folha de São Paulo, que a lei salarial não é um problema para ele, porque 90% dos trabalhadores da Fiesp já estão com salários mensalizados. Como ele é representante dos empresários de São Paulo e, devido à projeção nacional desse estado, ele é um representante de peso junto ao Albano Franco, presidente da CNI, dos patrões do Brasil. No fundo, o que ele está dizendo é que a política salarial não é um problema dele. É um problema do Paim e do presidente da República.

O grande problema é que existe uma sociedade disposta a negociar salário, mas não consegue negociar preço. A alternativa seria um acordo em que fossem controlados, não só salários, mas preços também. Só que não é possível fazer isso porque a inflação não é um problema das empresas do Brasil. Se a inflação a elas não incomoda, elas não têm interesse nenhum de participar de uma negociação que, no fundo, imporá restrições sobre suas futuras decisões particulares e individuais.

Sobre a Previdência, o que se pode falar é que há um gasto visível que afeta uma parte da população muito sensível. Se se desvinculasse a política do salário mínimo dos rendimentos da Previdência, isso aliviaria o problema do governo".



é possível isolar a questão dos salários.

Sobre o aumento de 100% ser viável ou não, a verdade é que nada é viável, enquanto a moeda for indexada e o capital tiver um tratamento diante da inflação diferente. Essa é a questão que deve ser enfrentada. Então, é uma falsa questão. Não há política salarial adequada, enquanto houver inflação de 30% por mês com capital corrigido. É preciso que as coisas sejam reexaminadas e globalmente enfocadas. E não isoladamente. Essa tentativa que está sendo feita hoje, de isolar a questão dos salários e encontrar uma solução convergente entre capital e trabalho, não existe. O Brasil, inclusive, supriu o conflito de capital e trabalho. Todos que têm capacidade sindical têm aumento e os empresários repassam para os preços. Nós temos uma economia singular, a mais heterodoxa do mundo. E, portanto, imune a tratamentos ortodoxos. Em qualquer

inflação, o credor perde e o devedor ganha. Na inflação brasileira, o devedor perde e o credor ganha.

O setor dominante da economia brasileira não quer acabar com a inflação; quer acabar é com o Estado, naquilo que ele entende que o Estado pode lhe prejudicar. A tentativa fundamental é ganhar da inflação, e não acabar com ela.

Para que isso se resolva, é preciso que os agentes econômicos se ajustem a partir de um balizamento prévio que é dado pelo poder público. Não a coisa espontânea, que saia pelo entendimento geral das partes em confronto. O governo precisa dar um norte. Que interesses ele vai privilegiar, que setores vai bancar, que tipo de desenvolvimento ele quer. A dificuldade política é que, sendo o pacto de dominação fundado na moeda indexada, mexer nisso está fora do debate. Enquanto isso, a inflação vai continuar".

Acerto de contas públicas

João Sabóia

Presidente da ABET
Prof. Economia da UFRJ

“ A maior oposição do governo em relação a esse aumento de 100% do salário não é na parte do fato em si. Se essa política salarial só tivesse consequência para o setor privado, o governo não estaria defendendo o veto. É claro que, se há uma inflação de 30% ao mês e uma indexação parcial dos salários, ao você passar a ter uma indexação plena dos salários, isso deverá ter alguma consequência sobre a inflação daqui para frente. A tendência seria que esse índice mensal de 30% crescesse. O que o governo quer agora é acertar as contas públicas, tomar medidas para diminuir o déficit público, aumentar receita, combater a sonegação e mostrar para a sociedade que as contas estão boas. É isso que o governo quer passar e que, obviamente, com um aumento de 100%, geraria um

problema imediato para esta questão.

Na verdade, a política de combate à inflação efetiva vai se iniciar no momento em que o governo conseguir mostrar as suas contas sanadas. Nesse momento é que o governo passaria para uma etapa que sinalizaria a inflação em baixa. Essa é uma questão futura.

A inflação tem um ônus para toda a sociedade. Alguns segmentos sofrem mais, outros, menos. Muitos empresários se garantem e dolarizam seus preços, reajustam todos os dias ou a cada semana. Os trabalhadores estão tendo salários defasados e querem reajuste imediato e pleno. Eu não sei qual é o comprometimento, nem por parte dos empresários, nem por parte dos trabalhadores, com o combate à inflação. Depende do que se cobrará de cada um.

Nós, brasileiros, estamos acostumados a viver com a inflação. Quando se tem a experiência de se conhecer outras sociedades, que não têm essa mesma realidade, verifica-se uma situação muito melhor.

É difícil conviver com a inflação.

Mesmo que se tenha maneiras de indexar seu dinheiro no banco ou de reajustar salários todo mês, há um custo muito grande em manter a inflação alta.

Do ponto de vista dos trabalhadores, com a inflação alta como está, o ideal é reajustar os salários mensalmente, de acordo com a taxa de inflação. Essa é a melhor política salarial para os trabalhadores. Quando houver alguma perspectiva de queda da inflação na frente, a melhor política salarial seria na minha opinião uma política a partir de pré-fixação, em função de metas de inflação futura.

Usar a inflação passada para reajustar os salários é perfeito, quando se está com uma inflação alta e crescente. Essa é a maneira de perder menos. Se o governo chegar, em um segundo momento, já no segundo semestre do ano, com o IPMF funcionando, as contas públicas controladas, esse é o momento para que se comece a sinalizar a queda da inflação, e aí deve acontecer, ou deveria acontecer, de as pessoas se comprometerem com um combate à inflação. Seria o caso

dos diversos segmentos sociais assumirem que a prioridade da nação é baixar os índices inflacionários e que, a partir desse momento, seria aceita amplamente uma política salarial, de reajuste de preços em geral, de reajuste de tarifas públicas, etc., baseada em pré-fixação, tendo em mente metas inflacionárias para os próximos meses. A inflação hoje é 30%, vai passar para 25%, 20%. E todo mundo terá que se comprometer, nessa nova situação, em caminhar nessa direção.

Se os empresários repassarem apenas 25% para os preços ao mês, nós vamos ter uma inflação de 25%. Os trabalhadores não precisariam reivindicar um aumento acima disso. Se a inflação for maior, o reajuste será maior. A saída é essa. A dolarização da economia brasileira é inviável, pelo menos dentro dos moldes argentinos. O Brasil não tem volume de moeda estrangeira para isso, não tem como garantir a taxa de câmbio. Não sendo dolarização e não sendo congelamento de preços, que nós também já experimentamos e não deu certo, só nos resta a pré-fixação negociada”.

INFORME

X Congresso Brasileiro dos Economistas - Rio de Janeiro - Novembro de 1993

As entidades dos economistas do Rio de Janeiro estão organizando o X Congresso Brasileiro dos Economistas, que se realizará nos dias 3, 4 e 5 de novembro de 1993.

O Congresso, promovido a cada dois anos, é o mais importante evento da categoria, contando com a participação dos mais renomados economistas dos diversos campos de atuação e envolvendo profissionais de todo o país.

O evento se organizará em torno do tema *Redesenhando o Futuro: Economia, Estado e Democracia*, com o objetivo de propor um novo projeto de desenvolvimento, analisando questões como: tecnologia industrial, aspectos regionais, financiamento do Estado, etc.

PROGRAMA

HORÁRIO	Quarta - 3/11	Quinta - 4/11	Sexta - 5/11
das 9 às 10:30	INSCRIÇÃO	GRUPOS TEMÁTICOS	GRUPOS TEMÁTICOS
das 11 às 12:30	ABERTURA/MESA	MESA	MESA
das 15 às 16:30	GRUPOS TEMÁTICOS	GRUPOS TEMÁTICOS	GRUPOS TEMÁTICOS
das 17 às 18:30	GRUPOS TEMÁTICOS	GRUPOS TEMÁTICOS	PLENÁRIA
das 19 às 20:30	PALESTRA	PALESTRA / MESA	PLENÁRIA / ENCERRAMENTO
a partir das 21:00	SHOW	JANTAR	FESTA

INFORME
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

